

Relatório Anual 2014

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio
Grande do Sul - Sicredi Estação RS**



**Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações
Gerência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração, Administração e Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do
Rio Grande do Sul – Sicredi Estação RS
Estação - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul – Sicredi Estação RS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul – Sicredi Estação RS em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre (RS), 11 de fevereiro de 2015.



Marcela Mies Laino
Contador - CRC - RS 074.511/O-4
CNAI 2230

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2014 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS encerrou o exercício de 2014 com ativos totais de R\$ 239.592 mil, aumento de 15,04% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2014 R\$ 170.592 mil, com evolução de 15,11% em relação ao mesmo período de 2013.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2014, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 149.518 mil, representando 86,93% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 19.212 mil, compondo 11,17% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 3.265 mil ou 1,90% do total (NE 05c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 155.287 mil em dezembro de 2014, com incremento de 21,65% em relação ao mesmo período de 2013.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 90.234 mil, com crescimento de 25,04% em relação a dezembro de 2013. Os depósitos à vista tiveram uma redução de 11,82% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 11.755 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2014 um patrimônio líquido de R\$ 52.450 mil, tendo um aumento de 25,51% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face à complexidade dos serviços e produtos ofertados e à crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes às atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados às estratégias globais do negócio e às demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional no Sicredi está implementada de forma centralizada na Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada diretamente à Presidência Executiva. Essa estrutura é responsável pela administração da Política de Risco Operacional e pela coordenação e execução, no que lhe compete, dos processos relativos à disciplina para todo o sistema de forma padronizada, em conformidade com a Resolução nº 3.380/06 e demais normativos relacionados.

O processo de gerenciamento do risco operacional foi desenhado para capacitar a identificação, avaliação, mitigação e monitoramento dos riscos associados a cada instituição individualmente, ao conglomerado, bem como a identificação e acompanhamento dos riscos associados às demais empresas não financeiras.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

A Superintendência de Crédito e Risco de Crédito do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria Executiva de Crédito da mesma instituição, responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema. Essa unidade tem como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatórios”.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2014
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

ATIVO	31/12/2014	31/12/2013	PASSIVO	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE	185.503	168.547	CIRCULANTE	102.367	98.169
DISPONIBILIDADES (NOTA 22)	1.132	801	DEPÓSITOS (NOTA 10)	18.455	18.359
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	55.226	54.231	Depósitos à Vista	11.755	13.331
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	46	Depósitos a Prazo	6.700	5.028
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	86	18	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	71.019	67.141
Correspondentes no país	157	618	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	-
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 22)	54.982	53.549	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	71.018	67.141
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	125.199	111.070	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	848	364
Operações de Crédito (NOTA 05)	131.444	116.460	Recursos em Trânsito de Terceiros	848	364
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.245)	(5.390)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	3.804	2.596
OUTROS CRÉDITOS	3.936	2.431	Empréstimos País - Outras Instituições	3.804	2.596
Rendas a Receber	1.159	935	OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.241	9.709
Créditos Específicos	228	206	Cobrança e Arrecadação de Tributos	11	11
Diversos (NOTA 06)	2.799	1.512	Sociais e Estatutárias	848	1.393
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(250)	(222)	Fiscais e Previdenciárias	650	880
OUTROS VALORES E BENS	10	14	Diversas (NOTA 13)	6.732	7.425
Outros Valores e Bens (NOTA 07)	6	6			
(Provisão para desvalorização)	(6)	(6)			
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	10	14			
NÃO CIRCULANTE	54.089	39.724	NÃO CIRCULANTE	84.775	68.312
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	39.295	29.287	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	84.775	68.312
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 04)	3.076	-	DEPÓSITOS (NOTA 10)	83.534	67.138
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.076	-	Depósitos a Prazo	83.534	67.138
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	36.219	29.287	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.241	1.174
Operações de Crédito (NOTA 05)	39.148	31.737	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	1.241	1.174
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(2.929)	(2.450)			
PERMANENTE	14.794	10.437			
INVESTIMENTOS (NOTA 09a)	10.228	7.743	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.450	41.790
Outros Investimentos	10.228	7.743	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	26.431	21.765
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09b)	3.597	1.883	De Domiciliados no País	26.460	21.822
Imóveis de Uso	246	246	(Capital a Realizar) (29)		(57)
Outras Imobilizações de Uso	5.048	3.180	RESERVAS DE SOBRAS	21.980	17.382
(Depreciação acumulada)	(1.697)	(1.543)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	4.039	2.643
INTANGÍVEL (NOTA 09c)	969	811			
Outros Ativos Intangíveis	1.691	1.342			
(Amortização acumulada)	(722)	(531)			
TOTAL DO ATIVO	239.592	208.271	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	239.592	208.271

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2014 a 31/12/2014			01/01/2014 a 31/12/2014			01/01/2013 a 31/12/2013		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.302	-	15.302	29.186	-	29.186	24.126	-	24.126
Operações de Crédito	15.170	-	15.170	29.053	-	29.053	24.096	-	24.096
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	131	-	131	132	-	132	17	-	17
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	1	-	1	13	-	13
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.552)	(102)	(8.654)	(14.149)	(186)	(14.335)	(10.289)	(130)	(10.419)
Operações de Captação no Mercado	(4.244)	(5)	(4.249)	(7.482)	(5)	(7.487)	(4.476)	-	(4.476)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.528)	(97)	(1.625)	(3.014)	(181)	(3.195)	(2.439)	(130)	(2.569)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.780)	-	(2.780)	(3.653)	-	(3.653)	(3.374)	-	(3.374)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.750	(102)	6.648	15.037	(186)	14.851	13.837	(130)	13.707
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.315)	1.360	(1.955)	(6.159)	2.218	(3.941)	(6.586)	1.578	(5.008)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.103	1.171	2.274	2.145	2.213	4.358	1.632	1.902	3.534
Rendas de Tarifas Bancárias	568	-	568	1.090	-	1.090	999	-	999
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(4.753)	(294)	(5.047)	(9.021)	(527)	(9.548)	(6.013)	(313)	(6.326)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(2.742)	(310)	(3.052)	(5.026)	(590)	(5.616)	(3.565)	(439)	(4.004)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(2)	(46)	(48)	(8)	(87)	(95)	(8)	(76)	(84)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	4.515	927	5.442	8.807	1.370	10.177	5.114	629	5.743
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(2.004)	(88)	(2.092)	(4.146)	(161)	(4.307)	(4.745)	(125)	(4.870)
RESULTADO OPERACIONAL	3.435	1.258	4.693	8.878	2.032	10.910	7.251	1.448	8.699
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(15)	(1)	(16)	(19)	-	(19)	(9)	(1)	(10)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.420	1.257	4.677	8.859	2.032	10.891	7.242	1.447	8.689
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(11)	(11)	-	(294)	(294)	-	(535)	(535)
Provisão para Imposto de Renda	-	(6)	(6)	-	(177)	(177)	-	(320)	(320)
Provisão para Contribuição Social	-	(5)	(5)	-	(117)	(117)	-	(215)	(215)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	3.420	1.246	4.666	8.859	1.738	10.597	7.242	912	8.154
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.738	(1.738)	-	700	(700)	-
SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	3.420	1.246	4.666	10.597	-	10.597	7.942	212	8.154
DESTINAÇÕES	-	-	-	(6.558)	-	(6.558)	(5.299)	(212)	(5.511)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.556)	-	(1.556)	(1.183)	-	(1.183)
Fates - Estatutário	-	-	-	(404)	-	(404)	(264)	-	(264)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	-	(212)	(212)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(3.635)	-	(3.635)	(2.379)	-	(2.379)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(963)	-	(963)	(1.473)	-	(1.473)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.039	-	4.039	2.643	-	2.643

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação
RS

CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2013	17.459	13.530	2.410	33.399
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.407	-	(2.407)	-
Outras destinações	-	-	(3)	(3)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.016	-	-	2.016
Baixas de capital	(1.113)	-	-	(1.113)
Resultado do período	-	-	8.154	8.154
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(264)	(264)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(212)	(212)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.379	(2.379)	-
Juros sobre o Capital Próprio	996	-	(1.183)	(187)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.473	(1.473)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2013	21.765	17.382	2.643	41.790
Mutações do Período	4.306	3.852	233	8.391
Saldos no início do período em 01/01/2014	21.765	17.382	2.643	41.790
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.638	-	(2.631)	(993)
Outras destinações	-	-	(12)	(12)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.348	-	-	2.348
Baixas de capital	(633)	-	-	(633)
Resultado do período	-	-	10.597	10.597
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(404)	(404)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.635	(3.635)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.313	-	(1.556)	(243)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	963	(963)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	26.431	21.980	4.039	52.450
Mutações do Período	4.666	4.598	1.396	10.660
Saldos no início do período em 01/07/2014	24.068	17.382	5.931	47.381
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.372	-	-	1.372
Baixas de capital	(322)	-	-	(322)
Resultado do período	-	-	4.666	4.666
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(404)	(404)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.635	(3.635)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.313	-	(1.556)	(243)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	963	(963)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	26.431	21.980	4.039	52.450
Mutações do Período	2.363	4.598	(1.892)	5.069

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

	01/07/2014 a 31/12/2014	01/01/2014 a 31/12/2014	01/01/2013 a 31/12/2013
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.037	12.043	10.373
Resultado do exercício	4.666	10.597	8.154
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.371	1.446	2.219
(Reversão) Provisão para operações de crédito	1.548	1.335	2.154
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	18	28	45
Depreciação do imobilizado de uso	175	323	278
Amortização do intangível	91	191	143
Baixas do ativo permanente	18	19	11
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	100	89	66
Destinações ao FATES	(404)	(404)	(477)
Dividendos SicrediPar	(175)	(135)	(1)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(14.782)	(2.780)	3.754
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	1.955	45	(36)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(63)	(68)	58
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	185	461	(241)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(36.922)	(22.395)	(36.643)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	18.956	3.945	18.625
(Aumento) Redução em outros créditos	(535)	(1.398)	(806)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	47	3	(10)
Aumento (Redução) em depósitos	(1.070)	16.490	20.829
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	689	484	(183)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	314	1.209	112
Absorção de dispêndios pelo FATES	(596)	(1.026)	(275)
(Redução) Aumento em outras obrigações	2.258	(530)	2.324
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(8.745)	9.263	14.127
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.730)	(3.076)	1.565
Aquisição de Investimentos	-	(2.485)	(2.675)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.245)	(2.056)	(950)
Aplicações no Intangível	(101)	(349)	(426)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.076)	(7.966)	(2.486)
Integralização de capital	1.372	2.348	2.016
Baixa de capital	(322)	(633)	(1.113)
Juros ao capital próprio	(243)	(243)	(187)
Distribuição de Sobras	-	(1.005)	(3)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	807	467	713
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(11.014)	1.764	12.354
Caixa e equivalente de caixa no início do período	67.128	54.350	41.996
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 21)	56.114	56.114	54.350

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/05/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

Visando permitir aos usuários das demonstrações contábeis, adequada análise da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados na nota explicativa de Depósitos, abertura por prazo de vencimento, os valores no circulante com vencimento até um ano e não circulante os valores exigíveis após um ano, assim como apresentação dos valores nos períodos retrospectivos.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 03 de fevereiro de 2015.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro rata die" e calculados com base no modelo exponencial, exceto aqueles relativos a títulos descontados, que são calculados com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

c) Componentes de caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, Caixa e Equivalentes de Caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e relações interfinanceiras – centralização financeira, com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Operações ativas e passivas

Pré fixadas: as operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos prefixados contabilizam-se pelo valor presente, registrando-se as rendas e os encargos a apropriar em subtítulo de uso interno do próprio título ou subtítulo contábil utilizado para registrar a operação.

Pós fixadas: as operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes contabilizam-se pelo valor do principal, a débito ou a crédito das contas que as registram. Essas mesmas contas acolhem os juros e os ajustes mensais decorrentes das variações da unidade de correção ou dos encargos contratados, no caso de taxas flutuantes.

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Operações de crédito e provisão de crédito

As operações de crédito, e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução no nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos associados da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do associado
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculadas “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações de crédito com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de face, retificadas por conta de rendas a apropriar.

A provisão para perdas com as operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a classificação das operações por nível de risco.

g) Permanente

Investimentos: estão demonstrados ao custo de aquisição.

Imobilizado de uso: corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Permanente”, item “b”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Intangível: está representado por investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação Sicredi, os quais são contabilizados nas Centrais e repassados às cooperativas, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

h) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566/08, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei nº 11.638/07, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e bens não de uso próprio, são revistos anualmente em outubro para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

A adoção desta norma produziu efeitos apenas sobre os bens não de uso, relativamente as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2014.

j) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

k) Outros créditos - Títulos e créditos a receber - Operações com cartão de crédito

Os valores a receber representam os valores a faturar dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras Visa e Cartões Sicredi. Para pagamentos efetuados pelo valor mínimo da fatura (rotativo), as operações são reclassificadas para Operações de Crédito no grupo de Empréstimos.

l) Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

n) Passivos contingentes - Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Provisionados com base em opinião de assessores jurídicos, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A Cooperativa provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. A seguir o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

Provisões para riscos trabalhistas - Constituídas quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado conforme subsídios recebidos dos assessores jurídicos.

Provisões para riscos cíveis - Constituídas quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos que considera a jurisprudência, os subsídios fáticos levantados, as provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Provisões para riscos fiscais e previdenciários - Referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração e revisadas a cada semestre, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	3.076	3.076	-
Total das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	3.076	3.076	-

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	47.296	22.216	69.512	50.201
Financiamentos	8.948	14.608	23.556	25.472
Financiamentos rurais e agroindustriais	75.200	2.324	77.524	72.524
Carteira total	131.444	39.148	170.592	148.197

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2014					31/12/2013
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	742	9.525	22.858	26.100	59.225	48.832
Pessoas Jurídicas - Ramo Rural	83	17.039	58.078	2.324	77.524	72.524
Pessoas Jurídicas - Ramo Industrial	21	1.734	951	2.748	5.454	1.933
Pessoas Jurídicas - Ramo Comércio	788	4.276	6.381	3.279	14.724	12.177
Pessoas Jurídicas - Outros Serviços	308	3.291	5.369	4.697	13.665	12.731
Total	1.942	35.865	93.637	39.148	170.592	148.197

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Nível A	11.529	9.641	58	48
Nível B	71.425	54.077	714	541
Nível C	66.564	69.179	1.997	2.075
Nível D	14.640	10.630	1.464	1.063
Nível E	3.310	1.573	993	472
Nível F	963	525	482	262
Nível G	299	60	210	42
Nível H	3.265	3.352	3.265	3.352
Total (i)	171.995	149.037	9.183	7.855

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber	1.403	-	1.403	840
Total	1.403	-	1.403	840

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2014	31/12/2013
Renegociadas	1.529	659
Lançadas contra prejuízo	2.505	930
Recuperadas de prejuízo	1.191	925

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	59	-	59	7
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta*	768	-	768	454
Devedores por depósitos em garantia	191	-	191	131
Impostos e contribuições a compensar	127	-	127	5
Pagamentos a ressarcir	8	-	8	8
Títulos e créditos a receber	1.403	-	1.403	840
Devedores diversos - País	243	-	243	67
Total	2.799	-	2.799	1.512

* Do saldo de R\$ 768 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 682 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2014	31/12/2013
Bens em regime especial	6	6
Total Outros Valores e Bens	6	6
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(6)	(6)

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 6 mil de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 08 – DESPESAS ANTECIPADAS

Despesas Antecipadas	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Prêmios de seguros	10	-	10	14
Total	10	-	10	14

NOTA 09 – PERMANENTE**a) Investimentos**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2014	31/12/2013
Cooperativa Central Sicredi (i)	5.093	4.255
Sicredi Participações S.A. (i)	5.134	3.487
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	10.228	7.743

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Número de ações/quotas possuídas	1.666.129 OR	1.131.721 OR	1.000	1.000	5.092.579	4.255.345
	3.468.790 PR	2.355.411 PR	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,67%	0,59%	0,74%	0,74%	1,50%	1,44%
Capital social	764.040	595.066	136	135	338.577	295.924
Patrimônio líquido	769.733	610.177	190.039	142.704	349.026	306.473
Lucro líquido do exercício	7.455	12.216	-	-	-	-
Valor do investimento	5.134	3.487	1	1	5.093	4.255

b) Imobilizado de uso

Imobilizado de Uso	31/12/2014			31/12/2013	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizações em curso	1.686	-	1.686	541	-
Terrenos	17	-	17	16	-
Edificações	229	(98)	131	144	4%
Instalações	1.017	(259)	758	352	10%
Móveis e equipamentos de uso	954	(450)	504	544	10%
Sistema de comunicação	60	(36)	24	30	10%
Sistema de processamento de dados	967	(669)	298	214	20%
Sistema de segurança	85	(49)	36	35	10%
Sistema de transporte	279	(136)	143	7	20%
Total	5.294	(1.697)	3.597	1.883	-

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

c) Intangível

Intangível	31/12/2014			31/12/2013
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível	1.691	(722)	969	811
Investimentos Confederação	1.691	(722)	969	811
Total	1.691	(722)	969	811

Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento*:

Depósitos	31/12/2014				31/12/2013
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	11.755	-	-	11.755	13.331
Depósitos a prazo	3.630	3.070	83.534	90.234	72.166
Total	15.385	3.070	83.534	101.989	85.497

*Conforme mencionado na Nota 2, as informações referentes aos depósitos por faixa de vencimentos, foram evidenciados na demonstração, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil (Circ. 1503 item 2).

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	71.018	1.241	72.259	68.315
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	71.018	1.241	72.259	68.315
Total	71.018	1.241	72.259	68.315

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 1,5% a.a. até 8% a.a. com vencimento de 02/01/2015 até 15/09/2018.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	3.804	-	3.804	2.596
Cooperativa Central Sicredi	3.804	-	3.804	2.596
Total	3.804	-	3.804	2.596

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,0416% a.m. com vencimento em 08/12/2015.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	215	-	215	2.683
Obrigações por convênios oficiais	2	-	2	1
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	-	-	-	38
Provisão para pagamentos a efetuar	2.011	-	2.011	1.553
Provisão para passivos contingentes *	2.573	-	2.573	1.587
Credores diversos - país **	1.931	-	1.931	1.563
Total	6.732	-	6.732	7.425

*A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 2.267 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

** A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2014	31/12/2013
Sobras de caixa	7	1
Pendência - processos centralizados	4	-
Pendências a regularizar - extrato	16	-
Valores de liquidação em cartório	1	-
Valores custodiados vinculados a operação de crédito	111	143
Valores pendentes conciliação cartão	31	-
Parcelado Lojista	729	377
Saldo credor - cartão Visa	6	3
Obrigações nacionais Redecard - cartão Sicredi	19	43
Saldo credor - cartão Sicredi	2	2
Agenda cartão Visa a pagar	610	382
Transitória de pagamento - cartão Visa	-	1
Aceleração parcelas cartão Visa	4	2
Transitória - compras cartão Sicredi Redecard	-	-
Transitória - contas a pagar automático	1	-
Transitória - contas a pagar local - fornecedores	2	-
Outros credores	2	28
Estabelecimento credenciado - Cartão Múltiplo	1	24
Compras cartão múltiplo - Cooperativas	3	33
Outros credores - Cartão Múltiplo	-	1
Contas a pagar - empresas do grupo	135	331
Contas a pagar - demais fornecedores	247	192
Total	1.931	1.563

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2014	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2014
Trabalhista	206	129	(61)	274
Cível	11	32	(11)	32
Total	217	161	(72)	306

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2013
Trabalhista	Provável	274	274	206
Cível	Provável	32	32	11
Cível	Possível	69	-	-
Tributária	Possível	63	-	-
Total		438	306	217

NOTA 15 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2014	31/12/2013
Garantias prestadas em operações de associados (i)	80.518	61.798
BNDES - Automático, Caminhões, Produsa, Procap-Agro	9	16
Carta aval / fiança	2.572	35
Carteira Habitacional	355	309
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	28.386	22.715
Moderagro	517	307
Moderfrota	853	486
Moderinfra	608	377
Procaminhoneiro	7.009	5.489
Pronaf	40.134	32.047
Coobrigações Inadimplência	75	17
Coobrigações em cessões de crédito	94	103
Total	80.612	61.901

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 16 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2014	31/12/2013
Capital Social	26.431	21.765

	31/12/2014	31/12/2013
Total de associados	15.678	14.432

NOTA 17 – JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,5% em Capital, no montante de R\$ 1.556 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

NOTA 18 – DESTINAÇÕES

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Grande Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul - Sicredi Estação RS, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 45% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta saldo de R\$ 10.177 mil (R\$ 5.743 mil em dezembro de 2013), sendo que deste valor, R\$ 6.055 mil (R\$ 3.916 mil em dezembro de 2013) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta saldo de R\$ 4.307 mil (R\$ 4.870 mil em dezembro de 2013), sendo que deste valor, R\$ 1.562 mil (R\$ 1.374 mil em dezembro de 2013) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 270 mil (R\$ 361 mil em dezembro de 2013) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 227 mil (R\$ 200 mil em dezembro de 2013) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Detalhamento das operações ativas e passivas

Natureza da operação	31/12/2014	% em relação ao total	31/12/2013
Depósitos à vista	108	0,92%	124
Pessoas físicas	108		124
Depósitos a prazo	1.742	1,93%	261
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	1.742		261
Operações de crédito	3.026	1,77%	1.431

b) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2014	31/12/2013
Pessoas chave da administração	1.317	304

*Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas apresentaram uma variação de 333,22% em relação a 2013 decorrente da modificação na estrutura de governança da Cooperativa no primeiro semestre de 2014, onde foram implementados os cargos de Diretoria Executiva de acordo com o Art. 18 da Resolução CMN nº 3.859/2010.

NOTA 22 – COMPONENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes ativos:

Caixa e equivalentes de caixa	Inicial: 01/01/2014	Final: 31/12/2014	Variação
Caixa	801	1.132	331
Centralização financeira em Cooperativa Central	53.549	54.982	1.433
Total	54.350	56.114	1.765

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- Ter como finalidade atender compromissos de curto prazo;
- Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor;
- Ter prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias na data da aquisição.

NOTA 23 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2014, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

Roberto Luis Frumi
Diretor Executivo

Tomas Pontin
Diretor de Operações

Tomas Pontin
Contador
CRC: 069725/O